

Juíza acata ação contra Cristovam

Candidato da Frente Popular poderá ser obrigado, judicialmente, a devolver indenização paga pela UnB a professor

A juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara da Justiça Federal, acatou ação popular contra os ex-reitores da UnB, Cristovam Buarque e Antônio Ibañez; e o médico e ex-professor Antônio Márcio Lisboa. O despacho deve ser publicado hoje no Diário Oficial da União e, apesar da determinação de imediata citação dos réus, é pouco provável que eles sejam intimados antes do segundo turno.

A ação se destina a tornar sem efeito o ato de Buarque, que determinou o pagamento em 1985 de uma indenização no valor de US\$ 200 mil a Lisboa, através de ação trabalhista, quando o processo ainda se encontrava na Justiça com decisão favorável à universidade. Cristovam poderá ser obrigado a devolver o dinheiro pago, mas não corre o risco de sanção penal.

No despacho, a juíza Selene de Almeida afirma que a ação popular, impetrada há uma semana pelo deputado distrital eleito, César Lacerda, tem como finalidade "provocar o controle jurisdicional de atos do poder produzidos com desrespeito às normas jurídicas e lesivos ao patrimônio público". No documento, a juíza destaca ainda que o órgão do Ministério Público pedirá a abertura de inquérito policial, se houver necessidade de apuração de outros elementos; ou proporá a ação penal respectiva, sentindo-se habilitado a isso somente com os elementos apurados no processo popular.

"Se no curso do processo surgir indício de crime, o caso irá para o Ministério Público", explica a juíza em seu despacho, que requisi-

tou também a prestação de contas da UnB ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a decisão deste diante da evidência de que o pagamento foi omitido tanto da prestação de contas como do balancete financeiro da universidade. A juíza solicitou, ainda, cópia de peças da ação trabalhista ajuizada por Antônio Márcio Lisboa contra a UnB.

Sigilo — Quanto ao indeferimento do pedido de quebra do sigilo fiscal e bancário de Cristovam Buarque, Selene de Almeida alega que a ação pública só permite a declaração de "nulidade do ato lesivo". "Mas não se vai fazer uma instrução criminal em uma demanda de natureza civil, por isso não vai o juízo investigar aqui se houve ato de corrupção". Como se trata de uma ação popular penal e o cidadão não tem legitimidade para propor a ação penal pública, o pedido não foi aceito. Os advogados ainda estudam a possibilidade de recorrer da decisão no que diz respeito ao indeferimento.

O distrital autor da ação popular questiona o fato de Cristovam Buarque recusar-se terminantemente a apresentar a declaração de seus bens. Depois de comemorar a decisão da juíza Selene, César Lacerda acredita que o candidato do PT será condenado a ressarcir aos cofres da UnB cerca de US\$ 600 mil. "Esta seria a quantia em valores de hoje, já que a lei determina que sejam incorporados juros e correção monetária", observa.

Cristovam Buarque foi procurado ontem pela reportagem do JBr para comentar o despacho, mas até as 22h00 ele não havia sido encontrado.

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal



fls. 3

bancário de toda a movimentação bancária do réu. Alega o autor que tais provas visam demonstrar que além de ilegal e ilegítimo o referido acordo, o mesmo ainda foi precedido de ato de improbidade administrativa e de corrupção.

II

Citem-se os réus.

Intime-se pessoalmente o Ministério Público Federal para acompanhar o processo.

Oficie-se ao Tribunal de Contas da União solicitando cópia das principais peças do processo de prestação de contas da UNB relativas ao ano de 1985 e decisões referentes ao caso posteriores a 1988. (Processo nº TC - 000.051/87-0).

Oficie-se a Justiça do Trabalho solicitando cópia de peças da ação trabalhista ajuizada por Antonio Marcio Lisboa Junqueira contra a Fundação Universidade de Brasília (Proc. nº TST - RR - 2695/78 - petição

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal



fls. 4

inicial, contestação, sentença, acórdãos e acordo homologado).

Oficie-se à UNB requisitando cópia do processo administrativo no qual se autorizou o pagamento de indenização a Antonio Marcio Junqueira Lisboa.

Indefiro o pedido de requisição de declarações dos bens do réu Cristovam Buarque e indefiro também o pedido de quebra de sigilo bancário deste réu nesta demanda.

Estes pedidos são indeferidos pelos seguintes motivos:

A ação prevista no artigo 5º, inciso LXXIII da CF/88 e regulada pela Lei 4.717/65 é civil, no que diz respeito à natureza jurídica da pretensão deduzida.

A natureza civil da ação popular constitucional brasileira significa que se trata de uma pretensão não-penal, sem caráter de sanção criminal, podendo a pretensão fundar-se no direito civil, financeiro, administrativo, trabalhista, etc.

No despacho, a juíza pede cópia da ação à Justiça do Trabalho e indefere o pedido de quebra de sigilo